



FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS

Rua Floriano Peixoto, 839/873 – Cep 14.870-000 - (016) 3209-1800

www.saoluis.br/direito – direito@saoluis.br

CURSO DE DIREITO

DADOS DA DISCIPLINA

Nome da Disciplina: **DIREITO ADMINISTRATIVO II**

Curso: DIREITO

6º. Período

Carga horária semanal 4 hs/a

Carga horária semestral 72 hs/a

Docente Responsável:

EMENTA

Intervenção do Estado na propriedade privada. Licitação. Contrato Administrativo. Serviços Públicos. Concessão e permissão de serviços públicos. Parcerias público privadas. Responsabilidade patrimonial do Estado. Controle da Administração Pública. Tribunal de Contas.. Responsabilização de pessoas jurídicas contra a Administração Pública.

OBJETIVOS GERAIS

A disciplina tem por objetivo geral, propiciar sólido conhecimento dos institutos do Direito Administrativo, possibilitando, assim, ao aluno entender seu funcionamento e a finalidade da Administração Pública.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O aluno deve conhecer os institutos do Direito Administrativo e sua instrumentalização como forma de atuação da Administração Pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Intervenção do Estado na propriedade privada. Desapropriação, fundamentos, requisitos, competência, fases. Declaração de utilidade pública. Indenização. Desapropriação por zona e indireta. Controle judicial na ação de desapropriação. Retrocessão e direito de preferência. Requisição. Servidão. Tombamento. 2. Licitação. Princípios, pressupostos. Objeto licitável, dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Etapas interna e externa. Fases. Edital. Habilitação, julgamento, homologação e adjudicação. Recursos administrativos. Crimes. Licitação e mandado de segurança. Pregão. 3. Contrato Administrativo. Contrato administrativo no direito positivo brasileiro. Equilíbrio econômico financeiro. Cláusula rebus sic stantibus e a teoria da imprevisão. Cláusulas de reajustes. Convênios e consórcios. 4. Serviços Públicos. Conceito e titularidade. Serviços públicos por determinação constitucional. 5. Concessão e permissão de serviços públicos. Conceito, noções, forma e condições de outorga. Prazo, poderes. Política tarifária. Direitos dos usuários. Formas de extinção das concessões. Reversão dos bens. Responsabilidade do concessionário. Permissão de serviços públicos. 6. Parcerias público privadas. Objeto, modalidades, concessão administrativa e patrocinada e garantias. Repartição objetiva de responsabilidades. Mecanismos privados de resolução de disputas – arbitragem. Sociedade de propósito específico. 7. Responsabilidade patrimonial do Estado. Evolução da responsabilidade por atos administrativos - teorias. Fundamentos da responsabilidade. Dano indenizável. Excludentes da responsabilidade. A responsabilidade do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade do Estado pelos atos do juiz. Responsabilidade do Estado-Legislador. 8. Controle da Administração Pública. Controle interno e externo. Controle do Tribunal de Contas. Responsabilização de pessoas jurídicas contra a Administração Pública.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM (METODOLOGIAS DE SALA DE AULA)

A abordagem dos conteúdos se fará por meio de aulas expositivas, nas quais será incentivada a constante participação dos alunos, e de resolução de exercícios, especialmente pela análise de casos concretos extraídos da jurisprudência.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será desenvolvida sob três modalidades: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa. Nos primeiros encontros, as aulas buscarão estabelecer as relações do conteúdo



FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS

Rua Floriano Peixoto, 839/873 – Cep 14.870-000 - (016) 3209-1800

www.saoluis.br/direito – direito@saoluis.br

CURSO DE DIREITO

trabalhado com conhecimentos preliminares, revisando-se brevemente temas e abordagens desenvolvidos em etapas anteriores do Curso. Nesse momento, o docente será capaz de identificar deficiências de formação teórica e técnica do aluno, cabendo-lhe empregar as ferramentas adequadas para corrigi-la. A aprovação do aluno será condicionada à obtenção das médias estabelecidas pelo regimento do Curso, a partir de avaliações que aferirão o domínio dos conteúdos ministrados e o adequado emprego da linguagem técnico-jurídica. Além das provas, compostas de questões de múltipla escolha e questões discursivas, serão apresentados estudos de casos e análise de jurisprudência.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Diante de resultados insatisfatórios nos trabalhos e avaliações parciais, serão desenvolvidas atividades complementares, visando reforçar os conteúdos e viabilizar condições reais de recuperação do aluno. Propõem-se, para tanto, questionários adicionais, seminários e estudos dirigidos envolvendo os pontos teóricos problemáticos.

BIBLIOGRAFIA - BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. São Paulo: Lúmen júris, 2010.

DI PIERTO, Maria Silvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2014.

MELLO, Celso Antonio Bandeira. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2014.

BIBLIOGRAFIA – COMPLEMENTAR

ANDRADE, Letícia Queiroz. *Desapropriação de bens públicos a luz do princípio federativo*. São Paulo: Malheiros, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na administração pública*. 8.ed. Atlas, 2012.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Atos de improbidade administrativa*. São Paulo: Atlas, 2007.

GASPARINI, Diogenes. *O Estatuto da cidade*. São Paulo: NDJ, 2002.

HARADA, Kyoshi. *Desapropriação*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. Rio de Janeiro: Dialética, 2014.

MEIRELES, Hely Lopes. *Curso de direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1999.